

Portugal, a Guerra de Sucessão de Espanha e Methuen: algumas considerações gerais

Nuno Gonçalo Monteiro

1. INTRODUÇÃO

Esta breve contribuição tem como objectivo apresentar algumas reflexões de conjunto sobre o tema da Guerra da Sucessão de Espanha enquanto contexto determinante do Tratado de Methuen, menos com a pretensão de fornecer novos contributos empíricos e mais com o intento de produzir algumas reflexões historiográficas. Nesse sentido, referenciar-se-ão os textos de outros participantes nesta iniciativa editorial¹.

Para alguns dos territórios, da Península Ibérica e fora dela, envolvidos na Guerra da Sucessão de Espanha, esta constituiu e ficou registada para a posteridade como um acontecimento marcante, designadamente pela extinção das instituições autónomas dos reinos da coroa de Aragão. O caso paradigmático a esse respeito é, certamente, o da Catalunha, onde a actualidade do conflito e das alternativas nele presentes é enfaticamente afirmada por historiadores de hoje, partindo da ideia de que «as duas visões de Espanha que se enfrentaram há dois séculos permanecem em vigor»². Em geral, pode constatar-se que se registou um significativo interesse recente pelo tema e pela respectiva conjuntura³.

Nada de semelhante se verificou em Portugal durante a época contemporânea. Nos manuais escolares dos tempos da pedagogia nacionalista do Estado Novo de Salazar, por exemplo, o conflito era referido quase só para relatar uma ocorrência única e singular: a entrada em Madrid, em 1706, das tropas coligadas sob o comando de um general português, o 3.º marquês das Minas⁴. É certo que no discurso e na cultura política contemporânea, bem como no publicismo e na historiografia, um facto ocorrido durante a guerra viria a merecer uma reiterada e insistente atenção, desde os meados do século XVIII até à actualidade: a celebração entre Portugal e a Inglaterra em 1703, na sequência dos acordos políticos estabelecidos no decurso do mesmo ano, do famosíssimo Tratado comercial de Methuen. No entanto, apesar das imensas polémicas e escritos que mais tarde veio a suscitar, poucas vezes se destacou o contexto político e militar no qual o tratado foi assinado.

O facto de hoje a generalidade do público informado saber o que foi o Tratado comercial de Methuen e desconhecer o que foi a guerra, não nos deve fazer

esquecer que ao tempo foi exactamente o inverso que se passou: toda a elite da época se interessou pela participação Portuguesa na guerra ao lado da Inglaterra, ou seja, pelos primeiros tratados de Methuen de 1703, e nenhuma crónica da época conferiu destaque ao tratado comercial⁵. Entretanto, tudo se inverteu. Como se destaca no texto de José Luís Cardoso⁶, o mito sobre o tratado e as condições da sua assinatura foi sendo produzido ao longo da época de D. João V mas, sobretudo, pelos escritos de alguns, entre os quais avulta D. Luís da Cunha. E, forçoso é reconhecê-lo, ainda há muito a estudar sobre o mito de Methuen, como se construiu retrospectivamente uma imagem conspirativa da assinatura do tratado comercial, peça axilar de tantas interpretações da história portuguesa durante a época contemporânea. Embora não existam nos arquivos ingleses registos de subornos, foram os próprios comentários diplomáticos que sugeriram existir uma relação directa entre a assinatura do tratado e os interesses comerciais dos seus negociadores enquanto proprietários de vinhedos⁷. A acusação, dirigida a personagens aristocráticas que, embora partidárias da aliança francesa vieram a desempenhar um papel destacado no contexto do acordo com a Inglaterra, como o 1.º marquês do Alegrete e o 1.º duque de Cadaval, carece de qualquer fundamentação factual: em nenhum dos referidos casos as respectivas casas retiravam proventos significativos da produção e comercialização directa de vinho⁸. Mas levanta um problema decisivo que aqui se não poderá discutir com o devido detalhe: o da importância das imputações de corrupção e venalidade na disputa política e na cultura do Antigo Regime.

Na historiografia geral, a participação portuguesa no conflito é por vezes omitida, apesar de ter sido em Portugal que o afrontamento militar deflagrou no território ibérico⁹. Também outras vezes se esquece que o apoio inicial ao candidato borbónico antecedeu a viragem a favor do candidato austríaco e a adesão às potências aliadas. Por seu turno, a historiografia portuguesa sobre o assunto tem sido escassa, podendo dizer-se que só muito recentemente a questão voltou a merecer uma detalhada atenção¹⁰.

Neste texto, procuraremos sustentar algumas ideias de conjunto, eventualmente discutíveis, sobre o contexto da Guerra da Sucessão de Espanha. Entre estas, iremos destacar a tese de que o evento referido configurou um momento marcante da história portuguesa, geralmente pouco valorizado. Desde logo, porque foi a única vez que se interveio, aparentemente por opção própria, num grande conflito europeu que atravessou o próprio território do reino. Depois, porque foi apenas nessa conjuntura que definitivamente se consolidou a opção atlântica da política externa da monarquia portuguesa restaurada em 1640, na sua dupla vertente, da aliança inglesa e da prioridade conferida à defesa do Brasil e das suas rotas comerciais. O corolário dessa escolha foi uma política continental, por muitos qualificada de «neutralista». Finalmente, tentar-se-á destacar as relevantes mutações da política interna que a conjuntura da guerra acabou por favorecer, apesar de estas terem passado relativamente despercebidas.

Outros tópicos merecem ser referidos, embora não os possamos aqui desenvolver. Em primeiro lugar, a ideia de que as monarquias europeias eram «estados dinásticos» e as relações entre eles configuravam algo como uma «Europa dos príncipes», onde outras lógicas se cruzavam necessariamente com aquela, primacial, da sucessão em bens do património familiar¹¹. Os olhares contemporâneos sobre esta conjuntura pretérita e sobre muitas das suas dimensões, facilmente se prestam a juízos anacrónicos. Desde logo, porque tendem à projecção de noções equívocas sobre as normas que regulavam as relações entre as monarquias europeias da época (em especial, patentes nos juízos sobre as relações com a Inglaterra). Mas também pelas avaliações, frequentemente anacrónicas, sobre os conceitos de corrupção e a sua aplicabilidade ao contexto analisado. Ou ainda, pela presunção de que as formas contemporâneas de organização e decisão políticas (a começar pelo próprio conceito de governo) se podem transpor para o contexto considerado.

2. A GUERRA DA SUCESSÃO, A PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA E A «POLÍTICA EXTERNA» DA MONARQUIA

Uma primeira questão, que não vai aqui desenvolver por merecer tratamento detalhado em outros textos¹², é o facto de, ao contrário do que muitas obras gerais sugerem, a aliança inglesa não ser um dado predefinido, antes qualquer coisa que resulta de uma intensa disputa política interna e que se mantém como incógnita até 1704, mesmo depois da assinatura formal dos tratados¹³. Ao longo da segunda metade do século xvii, os correspondentes diplomáticos estrangeiros recorrentemente descreviam a corte portuguesa como estando dividida entre um «partido inglês» e um «partido francês», vitoriosos alternadamente em diversas conjunturas, incluindo as opções tomadas para as alianças matrimoniais da coroa portuguesa. O texto de Leonor Freire Costa publicado neste mesmo livro, tem como uma das suas tónicas dominantes a insistência na ideia de como até aos primórdios de Setecentos foi importante o peso da França, a par da Inglaterra, como esteio das relações externas portuguesas, em boa parte como fruto da rivalidade com a Holanda. Embora o contexto no qual foi adoptada essa opção mereça ainda uma investigação mais aprofundada¹⁴, os tratados celebrados a 18 de Junho de 1701 com a França e a Espanha borbónicas previam expressamente o fecho dos portos portugueses aos navios ou vassallos dos «Príncipes ou Potências» que àquelas declarassem guerra e o seu tratamento como «inimigos da coroa Portuguesa»¹⁵. Ou seja, a guerra de Portugal com a Inglaterra esteve, aparentemente, no horizonte. E a aliança com os Bourbon traduz uma opção política que não é explicável por pressões militares directas. Nada de semelhante se repetiu ulteriormente. Apesar de todas as disputas diplomático-comerciais com a Inglaterra, Pombal não deixou de afirmar que «Portugal não tem outros inimigos que não sejam os inimigos de Inglaterra que trabalham com o objecto